

Inquérito Civil n. 06.2021.00002916-5

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, doravante designado **COMPROMITENTE**; e **ESPÓLIO DE JOEL GRANEMANN DE MELLO** representado por **NATALINA MARILDA SPAUTZ GRANEMANN DE MELLO**, também compromissária, brasileira, viúva, do lar, natural de Lebon Régis/SC, filha de Miguel Spautz de Souza e Hilda Ribeiro Spautz, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 647.289.009-91, Registro Geral n.2.112.962/SC, residente e domiciliada na Rua Visconde de Mauá, n. 15, apto 202, centro, Caçador/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00002916-5, autorizados pelo artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, é o órgão público encarregado de promover o Procedimento Preparatório, Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Consumidor, do Meio Ambiente e de outros interesses transindividuais;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, caput, CRFB/88);

CONSIDERANDO que meio ambiente segundo o artigo 3º, inciso I, da Lei n. 6.938/81, é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

CONSIDERANDO que é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade (artigo 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que o atual Código Florestal, Lei n. 12.651, de 25

de maio de 2012, em seu artigo 2º, preconiza que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem;

CONSIDERANDO o compromisso soberano do Brasil afirmado pelo Código Florestal com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras (artigo 1º, parágrafo único, inciso I);

CONSIDERANDO que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (artigo 225, § 4º, da CRFB/88);

CONSIDERANDO que a Lei n. 11.428/06 – Lei do Bioma Mata Atlântica – define que a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do Bioma Mata Atlântica, patrimônio nacional, observarão o que estabelece esta Lei, bem como a legislação ambiental vigente;

CONSIDERANDO que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social (artigo 6º);

CONSIDERANDO que o artigo 11, inciso I, alínea "a", da Lei n. 11.428/06 veda o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica quando abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados;

CONSIDERANDO que o corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o

estágio de regeneração (artigo 8º da Lei n. 11.428/06);

CONSIDERANDO o teor da Resolução CONAMA n. 388, de 23 de fevereiro de 2007, que convalidou a Resolução n. 4, de 4 de maio de 1994, que define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que no dia 26 de fevereiro de 2021, a guarnição da polícia militar de Caçador, composta pelo Sargento Bortolini e Soldado Scopel, verificou que houve destruição de vegetação nativa secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, inclusive com o corte de espécies ameaçadas de extinção "pinheiro brasileiro" (*Araucaria angustifolia*) e "imbuia" (*ocotea porosa*), sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Santa Rita, s/n, no interior do município de Calmon/SC;

CONSIDERANDO a notícia que aportou nesta Promotoria de Justiça acerca do dano ambiental causado por Joel Granemann de Mello, autuados em 20021, por infração ao artigo 38-A, c/c artigo 53, inciso II, alínea "c", ambos da Lei n. 9.605/98, na Fazenda Santa Rita, s/n, no interior do município de Calmon/SC, em razão de ter destruído/danificado vegetação nativa secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, inclusive com o corte de espécies ameaçadas de extinção "pinheiro brasileiro" (*Araucaria angustifolia*) e "imbuia" (*ocotea porosa*), sem autorização do órgão ambiental competente, conforme AIA n. 6069-E;

CONSIDERANDO que a Polícia Militar Ambiental procedeu à abertura de Processo Administrativo n. 21620202165030 para apurar a responsabilidade da infração ambiental mencionada, restando comprovado que Joel Granemann de Mello foi o causador dos danos ambientais, tendo sido imputada, na esfera administrativa, multa no valor de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais);

CONSIDERANDO que a Polícia Militar Ambiental de Caçador considerou o PRAD apresentado, com as devidas correções viável e exequível;

CONSIDERANDO que em 27/05/2021 foi informado o falecimento de Joel Granemann de Mello, cujo óbito se deu em 25/03/2021, tornando-se

responsável pela reparação do dano seu espólio, representado por NATALINA MARILDA SPAUTZ GRANEMANN DE MELLO, conforme documento de fl. 75, com poderes para "tudo assinar e requerer";

CONSIDERANDO que para efeitos de aplicação de medidas destinadas à reparação ou à compensação ecológica ou pecuniária de dano ambiental, consideram-se: I - **reparação do dano ambiental:** restauração¹ ou recuperação² *in natura* no próprio local de sua ocorrência; II - **medida compensatória ecológica:** reparação do dano *in natura* que ocorre em área distinta da degradada e/ou em favor de outra população silvestre, mas com as mesmas características destas e preferencialmente na mesma microbacia; III- **medida compensatória pecuniária ou indenização por perdas e danos:** substituição excepcional da reparação do dano *in natura* por valor pecuniário face a impossibilidade da reparação³, total ou parcial, da área e/ou população silvestre, no próprio ou em outro local degradado, e com as mesmas características ecológicas conforme Nota Técnica n. 01/2011, do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que a reparação do dano ambiental dar-se-á prioritariamente na seguinte ordem: 1) mediante a obrigação de fazer consistente na reparação do dano *in natura*, na própria área e/ou em favor da mesma população degradada; 2) mediante a obrigação de fazer a reparação do dano *in natura*, porém em outra área e/ou população de equivalência ecológica; e 3) mediante a obrigação de fazer a substituição da reparação *in natura* por compensação pecuniária ou indenização por perdas e danos;

CONSIDERANDO que apenas nas situações em que seja impossível a reparação dos danos ambientais no mesmo ou em outro local com as mesmas características, é possível a aplicação de indenização por perdas e danos;

CONSIDERANDO, por fim, que os responsáveis pelo dano ambiental possuem interesse na resolução amigável do problema, adotando-se as

¹ **restauração:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original (art. 2º, inc. XIV da lei 9985/00);

² **recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original (art. 2º, inc. XIII da lei 9985/00);

³ atestado pela autoridade ambiental competente ou através de laudo pericial exarado por profissional devidamente habilitado.

providências necessárias para sua recuperação.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a recuperação dos danos causados ao meio ambiente mediante a destruição de vegetação nativa secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, inclusive com o corte de espécies ameaçadas de extinção como o "pinheiro brasileiro" (*Araucaria angustifolia*) e "imbuia" (ocotea porosa), sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Santa Rita, s/n, no interior do município de Calmon/SC;

Parágrafo único: O **compromissário** reconhece a procedência e a responsabilidade pelos danos ambientais apurados no Inquérito civil n. 06.2021.00002916-5 e no Processo Administrativo n. 21620202165030, tornando sua responsabilidade pelos danos ambientais fato incontroverso.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Cláusula 2ª - O **compromissário** se compromete na obrigação de fazer de, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adotarem todas as providências necessárias, notadamente referente a contratação de profissional técnico habilitado, para a recuperação do dano ambiental causado, mediante apresentação, perante o órgão ambiental competente, de Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), com a comprovação do protocolo perante esta Promotoria de Justiça.

Cláusula 3ª - O **compromissário** se compromete na obrigação de fazer de, no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do presente termo, iniciar a execução integral do projeto, comunicando o início das atividades nesta Promotoria de Justiça.

Cláusula 4ª - O **compromissário** se compromete na obrigação de fazer de, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o início da execução do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), comprovarem a fiel observância

do cronograma de atividades e das disposições do Plano de Recuperação de Área Degradada, mediante laudo ou declaração subscrita pelo profissional técnico habilitado, oportunidade em que deverão apresentar e informar a estimativa de prazo para recuperação total da área.

Cláusula 5ª - O **compromissário** se compromete na obrigação de fazer de observarem e cumprirem todas as exigências do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), promovendo a recuperação integral da área degradada no prazo estipulado pelo Plano de Recuperação.

Parágrafo primeiro: O **compromissário** têm ciência de que o descumprimento de qualquer providência prevista do PRAD, ou do próprio cronograma estabelecido, acarretará no descumprimento direto do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo segundo: Quando houver a recuperação integral da área degradada, o **compromissário** assume a obrigação de apresentar o laudo ou declaração correspondente, subscrito por profissional habilitado, atestando o fiel cumprimento do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), no prazo de 10 (dez) dias da respectiva emissão.

Cláusula 6ª - A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizado pela Polícia Militar de Proteção Ambiental ou por técnicos do Órgão Ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, conforme eventuais requisições realizadas pelo Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário. Fica, desde já, estabelecido e convencionado que será requisitada vistoria *in loco* sem prévio aviso até a integral recuperação da área.

3 DA MEDIDA COMPENSATÓRIA INDENIZATÓRIA⁴

Cláusula 7ª - Considerando que Joel Granemann de Mello destruiu

⁴ Assento n. 001/2013/CSMP. Art. 2º. Consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades: (...) d – medida de compensação indenizatória: corresponde ao ressarcimento do dano mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro. Art. 6º. Para a estipulação de medidas de compensação indenizatórias, em ajustamentos de conduta, devem ser utilizados os seguintes critérios: (...) II – quando a restauração ou a recuperação do dano in natura for parcial ou resultar caracterizada a ocorrência concomitante de danos patrimoniais e/ou extrapatrimoniais derivados do ilícito, inclusive na modalidade intercorrente, é admissível a cumulação com indenização pecuniária ou com outras espécies de medidas de compensação previstas neste Assento.

Disponível

em:

http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd_norma=1558.

vegetação nativa secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, inclusive com o corte de espécies ameaçadas de extinção "pinheiro brasileiro" (*Araucaria angustifolia*) e "imbuia" (ocotea porosa), sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Santa Rita, s/n, no interior do município de Calmon/SC, conforme AIA n. 6069-E, o que importa em danos extrapatrimoniais à coletividade, o **compromissário** ajusta, como medida compensatória indenizatória em pecúnia, o pagamento do valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), o qual será destinado ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência n. 3582-3, Conta Corrente n. 63.000-4, CNPJ n. 76.276.849/0001-54), mediante boleto a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, com vencimento em 10/01/2022.

4 DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 8ª - Em caso de descumprimento das Cláusulas acima descritas, em qualquer de seus subitens, do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o **compromissário** ficará sujeito à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, com limite de 90 (noventa) dias (termo final), cujo valor será devidamente atualizado segundo índices oficiais e a contar do inadimplemento, sendo revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, ou, alternativamente, para o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens descumpridos.

Parágrafo único: Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

5 COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 9ª - O **compromitente** compromete-se a não adotar qualquer medida de cunho civil em relação aos fatos versados neste Inquérito Civil, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Caçador, 10 de dezembro de 2021.

DANIELLE DIAMANTE

Promotora de Justiça

**ESPÓLIO DE JOEL GRANEMANN DE
MELLO**

Natalina Marilda Spautz Granemann de
Mello
Representante do espólio.

GABRIEL SCOTTI

Advogado
OAB/SC n. 38.619